

NOTÍCIAS AFRICANAS 51

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 14 A 20 DE MARÇO DE 1994

ÁFRICA DO SUL

O quadro institucional da transição

A proximidade das primeiras eleições universais da história da África do Sul, a serem realizadas entre 26 e 28 de abril deste ano, torna oportuno o conhecimento das medidas principais previstas na Constituição para a Transição. Esse documento regerá o país até a promulgação, no prazo máximo de cinco anos, de nova constituição, a ser elaborada por uma Assembleia Constituinte.

A Constituição para a Transição foi aprovada pelo Parlamento sul-africano em novembro de 1993, a partir de uma proposta encaminhada pelo plenário do Processo de Negociações Multipartidárias, que congregou 17 partidos políticos e uma dezena de organizações de vários matizes ideológicos.

A Constituição para a Transição consagra, entre outras coisas, um governo de unidade nacional, três níveis de governo – nacional, provincial e local – e um capítulo sobre direitos fundamentais dos cidadãos. Também estabelece princípios constitucionais vinculativos que a futura Constituição final terá de respeitar.

A Constituição para a Transição prevê não só o fim da *independência* dos quatro bantustões (Transkei, Bophutatswana, Venda e Liskei), como põe termo à existência jurídica dos demais seis, af incluindo o tão discutido Kwazulu. Ao mesmo tempo, o país será dividido eleitoralmente em nove províncias – em vez das quatro atuais (Cabo, Natal, Orange e Transvaal). Essas províncias serão o Transvaal Oriental, o Transvaal Setentrional, a atual área Pretória-Witwatersrand-Vereeniging, o Nordeste, o Estado do Orange, o Cabo Setentrional, o Cabo Ocidental e o Cabo Oriental.

O Parlamento será constituído por uma Assembleia Nacional com 400 deputados e um Senado com 90 representantes. A Assembleia Nacional será formada por 200 deputados provenientes das listas nacionais e por 200 das listas regionais dos diversos partidos políticos, eleitos com base na representação proporcional. O Senado será constituído por 10 pessoas eleitas indiretamente por cada uma das assembleias legislativas provinciais.

As leis comuns serão aprovadas por maioria simples nas duas câmaras (Assembleia Nacional e Senado). O primeiro presidente da República e chefe do governo será eleito na Assembleia Nacional em sua primeira sessão. Os partidos que tenham obtido 80 ou mais assentos na Assembleia Nacional poderão ainda nomear um vice-presidente. Se nenhum partido, ou apenas um partido, detiver 80 ou mais assentos na Assembleia Nacional, o primeiro e o segundo partidos com maior número de assentos terão direito a designar um vice-presidente cada um.

O governo multipartidário será consti-

tuído, de acordo com a representação proporcional, pelos partidos que tenham 5% ou mais da votação nas próximas eleições. As diferentes pastas ministeriais serão distribuídas pelo presidente da República.

No governo, as decisões serão tomadas por consenso, de forma que reflitam o espírito subjacente no conceito de governo de unidade nacional, assim como a necessidade de um governo efetivo.

Autonomia provincial – Cada uma das nove províncias terá uma Assembleia Legislativa com base na representação proporcional das listas partidárias regionais. O número de assentos em cada uma delas será determinado pela divisão do número total de votos nessa província pelo quociente de 50 mil. No entanto, essas assembleias não poderão ter menos de 30 assentos nem mais de 100. Elas aprovarão a legislação por maioria simples.

As assembleias provinciais terão poderes concomitantes ao governo nacional para aprovar leis sobre matérias estipuladas num plano integrado na Constituição. Entre essas matérias destacamos como exemplos aquelas relacionadas com autarquias locais, planejamento provincial, polícia, habitação, saúde, transporte, educação primária e secundária, comércio, indústria e autoridades tradicionais.

Cada província terá direito a uma parte equitativa das receitas nacionais. Para a consecução desse objetivo, o presidente da República nomeará uma comissão financeira e fiscal. O governo provincial terá o direito de criar impostos e taxas desde que seja autorizado por uma lei do Parlamento nacional.

Cada governo provincial será formado por um conselho executivo compreendendo um presidente e dez membros executivos. Um partido deverá obter pelo menos 10% dos assentos na assembleia provincial para eleger um membro executivo.

A Constituição também prevê a instituição de autarquias locais autônomas, nas quais terão também assento os líderes tradicionais. Será formado um conselho de líderes tradicionais tanto em nível provincial como nacional.

Quanto ao Judiciário, a estrutura atual será mantida durante o período de transição.

Quando da aprovação dessa Constituição pelo Parlamento, Nelson Mandela sintetizou: "O tema central da Constituição para a Transição é a unidade do nosso país e do nosso povo. Essa Constituição reconhece a diversidade do nosso povo." O presidente De Klerk comentou: "A África do Sul jamais será igual. Em outros aspectos, a transformação ainda mal começou. Estamos no limiar de uma nova era."

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEAA)

AOS ESTUDANTES AFRICANOS

Os estudantes que não confirmaram sua permanência como tal no país em 1994 perderão direito à assinatura gratuita deste clipping a partir do número 54.

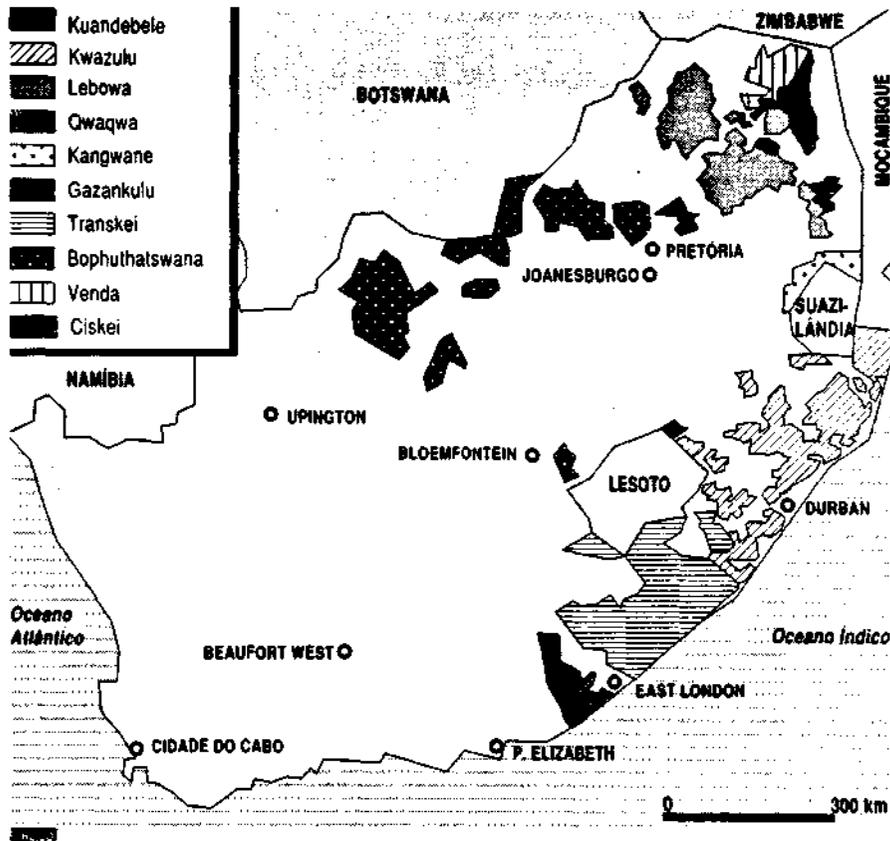
- Os dias da ira na África do Sul 2-3
- A noite do desespero racista 4
- A incógnita da África do Sul 4 e 7
- Uma calma muito tensa 5
- O grande enigma da mediação 6
- Mandela recebido em apoteose 7
- Sob o signo da África do Sul 8
- Conselho de Segurança evita condenações 9
- Buthelezi ameaça com guerra de libertação 10
- Rei Goodwill proclama Estado zulu 10
- The realities of power 12
- ANC quer demissões na polícia 12
- Marcello Caetano admitiu independência da Guiné 13
- Fora da tropa para lado nenhum 13
- Do marxismo à meditação transcendental 14

Os dias da ira na África do Sul

Jorge Heitor*

Três militantes da extrema-direita branca sul-africana foram ontem mortos ao intervir no Bophuthatswana, para tentar manter no poder o Presidente Mangope. A comunidade de origem europeia ficou visivelmente assustada, mesmo aqueles sectores que

normalmente não se identificam com a direita. As imagens da população a saquear as lojas de um grande centro comercial fizeram recear o pior. O pessimismo está a ganhar terreno, pois o que aconteceu poderá ser apenas um sério aviso para o muito sangue que ainda estará por derramar.



A morte de três dos militantes da Frente do Povo Afrikaner (AVF) que haviam entrado no Bophuthatswana para defender, de armas na mão, aquele resquício do "apartheid" precipitou ontem as coisas na África do Sul, onde os brancos começam a temer o pior, mesmo aqueles que até agora manifestavam grande esperança na possibilidade de uma transição moderada.

Um dos elementos foi morto em tiroteio com as tropas locais e os outros dois executados depois de terem pedido piedade. Foi esta atitude de um soldado do bantustão, aliado ao povo que se erguera há dias contra o Presidente Lucas Mangope, que caiu particularmente mal em muitas famílias brancas, mesmo naquelas que até agora têm evitado entrar em pânico com a ideia de uma

África do Sul governada por negros. Horas depois, antes de se retirarem, os invasores abatiam a tiro três negros.

O general Constand Viljoen, antigo chefe do Estado-Maior General das Forças de Defesa Sul-Africanas, mobilizou aparentemente uns 5000 civis armados, brancos, para ir salvar Mangope, que não queria desistir da pseudo-independência do Bophuthatswana nem permitir o funcionamento de assembleias de voto no seu território. A maior parte dos legionários pertenceria ao Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), o grupo mais activo de entre os que compõem a AVF, e que tem vindo a acusar Viljoen de "traidor", por haver defendido a ida às urnas.

Mandela "autorizou"

Horas depois da intervenção da extrema-direita e da perda por esta de três dos seus

homens, na cidade de Mafikeng, vizinha de Mmabatho, a capital regional, perto da fronteira com o Botswana, foi a vez de o Presidente Frederik de Klerk enviar para a região dezenas de carros blindados com tropas, numa tentativa de restabelecer a ordem e de impedir o triunfo do caos.

De acordo com informações oficiais, Pretória só concretizou a intervenção no Bophuthatswana depois de consultas efectuadas ao líder do ANC, Nelson Mandela, segundo o qual o Governo sul-africano e o Conselho Executivo de Transição (TEC) devem agora assumir em conjunto a administração do território, a fim de impedir que a situação se agrave.

Ao fim da tarde de ontem, a situação parecia ter estabilizado, mas no ar haviam ficado muitas dúvidas, tanto quanto àquela região específica como em relação ao conjunto de toda a África do Sul, onde as primeiras eleições multiraciais estão marcadas para o período de 26 a 28 de Abril. Por seu lado, o primeiro-ministro do bantustão Kwazulu e líder do Partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, dizia que os seus apaniguados preferem morrer a aceitar uma Constituição que não respeita as particularidades de cada grupo étnico.

Um fotógrafo da Reuter, Kevin Carter, viu um pára-que-dista do bantustão ignorar os protestos dos seus camaradas e abater a frio os dois afrikaners feridos, que pediam clemência. A televisão levou a imagem a numerosos países e o medo aumentou de súbito entre os sul-africanos brancos, muitos dos quais têm querido acreditar até agora que a violência é algo de circunstancial e que, na sua generalidade, será possível instaurar sem grande dificuldade um bom sistema parlamentar.

Tarde de mais

Entretanto, o contestado Lucas Mangope, que esta semana precipitara os acontecimentos ao recusar registar o seu Partido Democrata Cristão para a ida às urnas, conforme o desejado pela maioria da etnia swana, dizia estar pronto a aceitar o processo eleitoral.

Tarde de mais, consideraram muitos observadores, pois já quase ninguém estaria disposto a dar-lhe crédito, para além dos seus aliados Inkatha e Frente do Povo Afrikaner. Mas ao fim do dia nada estava muito bem esclarecido, nem o paradeiro de Mangope nem a eventualidade de as eleições gerais

Continua na pág. 3

Continuação da pág. 2

Os dias da ira na África do Sul

sul-africanas ainda terem de ser adiadas por algumas semanas ou meses.

Tanto o governo como o ANC têm vindo sempre a dizer que o adiamento está fora de questão, mas alguns analistas sublinham que na África do Sul nada é definitivo, pelo que é pelo menos de esperar a mediação internacional que o Inkatha sugerira e que Nelson Mandela aceitara. O processo de transição em curso, do apartheid de há cinco anos para uma sociedade razoavelmente democrática, é um dos mais complicados que actualmente se verificam em qualquer zona do globo, pelo que os dias de esperança vão necessariamente alternando com os de desalento.

Não se sabe ainda quem irão ser os medianeiros, que terão obviamente de ter a concordância de todas as partes envolvidas no processo, mas nota-se desde já a presença no país de Lord Carrington, antigo ministro britânico dos Negócios Estrangeiros.

Representantes da ONU, da Commonwealth, da Organização de Unidade Africana (OUA) e da União Europeia poderiam ser hipóteses para tentar um compromisso entre os defensores intransigentes das eleições e os que só as aceitam se a Constituição sul-africana vier a assumir um tom claramente federalista, com lugar para um reino zulu e para um Volkstaat, um estado administrado por afrikaners.

Cabeça fria é urgente

O que aconteceu nas últimas 48 horas não foi algo de verdadeiramente trágico, se o restringirmos a seis ou sete mortos, algumas dezenas de feridos e umas quantas lojas e automóveis destruídos. Mas sim um aviso muito sério de todo o drama que poderá estar no horizonte se os diversos sectores da África do Sul não mantiverem a cabeça suficientemente fria para tentar salvar o país.

Até ontem, muitos quadros do ANC e do Partido Nacional, as duas principais forças políticas sul-africanas, acreditavam ser possível concretizar as eleições sem muito sangue e formar um Governo de Unidade que constituísse um autêntico marco numa África tantas vezes condenada ao desaire. Mas agora as dúvidas

começam a surgir, ou pelo menos este vai ser um fim de semana caracterizado pelo pessimismo, enquanto não for possível avaliar melhor a situação.

Tem havido um grande debate sobre se a extrema-direita branca representa mesmo uma realidade ou se é apenas um mito; e os acontecimentos destes últimos dias testemunharam que

é decerto uma realidade, mesmo que não extraordinariamente forte em termos quantitativos.

Na matemática eleitoral, não deverá significar grande coisa, mas ao meter-se em acções aventureiristas como a de ir salvar um líder negro desacreditado poderá precipitar as coisas, levando a uma série de incidentes em cadeia. O

que já aconteceu no Bophuthatswana é susceptível de se repetir no Kwazulu; e aí com aspectos muito mais graves, pois que o embate das forças conjuntas dos boers e do Inkatha com o Umkhonto we Sizwe, milícia do ANC, faria correr autênticos rios de sangue. ■

* com Steven Lang, na África do Sul

Quatro décadas de bantustões

NO INÍCIO da década de 50, começou a ser dito na África do Sul que ia haver uma série de zonas autónomas para as diversas etnias negras do país, mas com a ressalva de que Pretória ficaria como o seu guardião.

O próprio primeiro-ministro D. F. Malan foi bem claro ao explicar que pequenos territórios, muitos deles sem continuidade geográfica, nunca poderiam ter viabilidade como estados independentes, pelo que deveriam ficar sob a tutela da União Sul-Africana, mais tarde transformada em República.

Foi assim que surgiram dez bantustões, ou "pátrias negras": Bophuthatswana para os tswanas, Ciskei e Transkei para os xhosas, Gazankulu para os shanganas e tsongas, Kwangwane para os suazis, Kwandebele para os ndebeles, Kwazulu para os zulus, Lebowa para os sothos do Norte, Qwaqwa para os sothos do Sul e Venda para os vendas.

Mas logo em 1956 as autoridades de Pretória reconheciam que o apartheid total, terras só para negros e terras só para brancos, era um ideal não realizável. Ou seja, que nunca viria a ser possível uma divisão definitiva de territórios segundo as linhas étnicas, pois há muito mais de um século brancos e negros já se encontravam razoavelmente misturados nas terras que iam desde o Cabo às fronteiras com Moçambique e a Suazilândia.

Depois, em 1959, esclareceram que — por mais autonomia que viesse a ser dada aos "homelands" — os brancos é que ficariam para sempre a ter a última palavra na maior parte da África Austral, conceito que muitos deles ainda hoje defendem arregaadamente, apesar de os ventos da História soprarem fortemente noutro sentido.

Em 1963 tornou-se evidente uma tentativa de readaptar de certo modo os princípios da década anterior, quando se anunciou que o Transkei,

com um milhão e meio de habitantes, essencialmente da etnia xhosa, iria ser "independente". Mas a comunidade internacional não aceitou a jogada e ninguém veio a reconhecer esse nem os outros territórios autónomos a quem Pretória mais tarde concedeu uma pseudo-independência: Ciskei, Bophuthatswana e Venda.

A ideia geral que presidiu à prática dos bantustões ou "homelands" foi a de concentrar grande parte dos negros sul-africanos em "pátrias próprias", enquanto o grosso do território da África do Sul ficaria para os cerca de cinco milhões de brancos que ali se tinham radicado ou nascido nos últimos três séculos.

Por outro lado, ao falarem da independência de zonas do seu próprio território, as autoridades do apartheid estavam a dada altura a tratar, de uma forma disfarçada, de atrair à esfera de influência da República três países vizinhos que haviam sido protectorados britânicos: Lesotho, Botswana e Suazilândia.

Londres percebeu o jogo e impediu que tal acontecesse, mas na prática o Lesotho, um reino completamente encravado no meio da África do Sul, não tem sido muito mais do que um bantustão, com parte substancial dos seus homens a trabalhar por largos períodos no grande país vizinho, do qual depende em termos económicos. E continua de pé a hipótese de, a médio prazo, vir a associar-se ao conjunto sul-africano, mal a situação estabilize em toda a África Austral.

Hoje em dia, o Venda, o Transkei e o Ciskei já não opõem qualquer resistência à sua reintegração no Estado que em breve deverá ser presidido por Nelson Mandela. Mas, por ironia do destino, o bantustão do Kwazulu, que nas décadas anteriores não aceitara ascender como aqueles ao estatuto de pseudo-independência, é que está agora a reivindicar o direito à mais vasta autonomia, sob a forma de uma monarquia constitucional. ■ J.M.

AWB tem 21 anos

O AFRIKANER Weerstandsbeweging (AWB), Movimento de Resistência Afrikaner, que ontem enviou para o Bophuthatswana centenas de homens armados, foi criado em 1973, como reacção à "política de apaziguamento e de concessões" que então começava a ser delineada pelo Partido Nacional, durante o consulado de Balthazar Johannes Vorster.

Sob a direcção do carismático Eugène Terre'Blanche, o AWB tornou-se nos últimos anos a mais conhecida organização da extrema-direita sul-africana, com diferentes divisões encarregadas de tarefas militares especí-

ficas, como a Ystergarde, que é uma divisão de atiradores altamente especializados.

As mulheres e as crianças das famílias afectas ao Movimento recebem instrução e treino militar, pois os extremistas pretendem defender a todo o custo os valores sobre os quais se ergueu há quase meio século o sistema do apartheid.

De acordo com sondagens feitas durante o ano passado, o conjunto do Partido Conservador, formado em 1982, e do AWB — as duas principais entidades agora congregadas na Frente do Povo Afrikaner — representaria à volta de um quarto dos brancos da África do Sul, e não muito mais do que quatro por cento do eleitorado total. ■

A noite do desespero racista

Uma revolta popular leva um bantustão a aderir ao processo eleitoral multipartidário na África do Sul

EXPRESSO, 19 3 93

DAVID BERESFORD
correspondente
em Joanesburgo

A RESISTÊNCIA conservadora à implantação de um Governo maioritário na África do Sul pode estar em vias de se desmoronar na sequência da sublevação desta semana no bantustão de Bophuthatswana.

A rebelião interna contra o regime de partido único de Lucas Mangope transbordou para o que poderá vir a revelar-se um teste para os extremistas brancos que se dispuseram a salvar o ditador tribal dos seus próprios súditos.

Milhares de conservadores, que acorreram ao que supunham ser a sua «Aliança pela Liberdade», para salvar Mangope do que classificaram como «população comunista», deram consigo a ser expulsos do bantustão pelo próprio exército local.

Num horrível incidente, pleno de simbolismo, um soldado negro do Bophuthatswana «executou» dois elementos feridos do Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB) neonazi em frente das câmaras da televisão, enquanto gritava «Deus ajuda-nos».

Ontem à noite era ainda incerto se a sua expulsão do bantustão vai desmoralizar os extremistas ou precipitar um banho de sangue como vingança. Mas havia indicações de que a extrema-direita se encontra inapelavelmente dividida — em resultado de uma cisão nas suas fileiras em tor-

no da questão da participação nas «eleições de libertação» do próximo mês — e a desaparecer como factor decisivo na África do Sul.

A sublevação levou o presidente Mangope a rever a posição do Bophuthatswana de não participar nas próximas eleições multipartidárias, dias depois de ter anunciado o boicote. A decisão, tomada 24 horas depois de ter sido dado como desaparecido, constitui uma importante vitória para o presidente De Klerk e o líder do ANC, Nelson Mandela, que vinham insistindo para que o bantustão auto-proclamado independentemente participasse nas eleições.

De Klerk em território inimigo

Uma indicação da aparente erosão da disposição conservadora em resistir às mudanças na África do Sul surgiu, esta semana, sob a forma de um périplo eleitoral pelo Presidente Frederik De Klerk no norte do Transval.

A comitiva presidencial foi acompanhada por fortes medidas de segurança — com um avião de comunicações da polícia a efectuar círculos permanentemente sobre o cortejo, viaturas cheias de guardas armados até aos dentes, e o próprio Presidente a viajar num Mercedes blindado.

Mas, apesar de o norte do Transval ser há muito considerado como uma testa-de-ponte dos extremistas de direita, estes não fizeram qualquer tentativa para incomodar

o cortejo. O mais parecido com uma manifestação conservadora surgiu em Pietersburg, na quinta-feira à noite, quando o condutor de um automóvel, que circulava em frente de uma sala onde o Presidente De Klerk iria discursar, gritou, à laia de desafio, mas apressadamente: «AWB».

Em 1986, houve muito quem pensasse que estava em vias de ocorrer um golpe da direita na África do Sul, quando o ministro dos Estrangeiros, Pik Botha, foi obrigado a abandonar um comércio na mesma sala na sequência de violentos recontros entre apoiantes do Partido Nacional e do AWB. Desde então, o Partido Conservador perdeu o controlo de Pietersburg para os Nacionalistas e quase não se encontram extremistas na cidade. Na quinta-feira à noite, a sala estava apinhada de militantes negros do Partido Nacional, com os polícias negros a saudarem os apoiantes — incluindo os brancos — à medida que iam chegando para escutar o Presidente.

Desarmar a extrema-direita

Com a aproximação das eleições sul-africanas, tomou-se evidente nas últimas semanas que também se aproxima o momento da verdade para a causa conservadora. Especula-se cada vez mais acerca da possibilidade de os «comandos» — as unidades militares de reserva, concentradas nas áreas rurais — serem o centro de um motim.

Estas especulações foram acicatadas na semana passada com a divulgação de um relatório dos serviços secretos onde se sugeria que a ala conservadora afrikander teria capacidade para reunir uma força da ordem dos 20 a 30 mil homens, e estava preparada para se mobilizar para uma guerra civil.

Admite-se que o documento tenha sido elaborado em finais do ano passado. Desde então, tudo indica que a Administração De Klerk tem trabalhado arduamente no sentido de eliminar essa ameaça. As altas patentes militares têm visitado as unidades de comandos, aparentemente para avaliarem e fomentarem a lealdade dos oficiais. Foi lançada uma campanha de recuperação de espingardas, entregues para uso privado, numa perspectiva de segurança, a agricultores pertencentes aos comandos. Como demonstração de força, têm sido convocadas reservas da polícia e das unidades do exército aquarteladas nas zonas urbanas e, nas regiões mais voláteis do Transval ocidental, foram efectuadas manobras militares.

Perante tudo isto, a direita conservadora parece — pelo menos por agora — ter compreendido que pode vir a perder demasiado em termos de bens materiais e empregos se enveredar pela resistência armada. É uma tomada de consciência que, pelas últimas indicações, pode significar uma transição pacífica para a África do Sul.

Cavaco e Major com preocupações semelhantes

A incógnita da África do Sul

PÚBLICO, 12 3 94

PORTUGAL e a Grã-Bretanha acordaram em oferecer assistência à África do Sul, com o objectivo de ajudar à transição democrática do país, anunciou ontem Cavaco Silva em Londres, no final do encontro que manteve com o primeiro-ministro britânico, John Major, em Downing Street.

Tema principal de discussão entre os dois líderes foi a situação na África do Sul, onde Portugal e a Grã-Bretanha partilham preocupações quanto ao destino de cente-

nas de milhares de residentes. No entanto, segundo Cavaco Silva, ambos estão «optimistas quanto ao sucesso do processo eleitoral sul-africano», tendo mesmo sido definidas estratégias conjuntas visando diminuir o risco de instabilidade e violência naquele país.

Mas Cavaco e Major também se debruçaram sobre o futuro da União Europeia. «É necessário consolidar os progressos até aqui realizados antes de encetar outras modificações», disse o pri-

meiro-ministro português após o encontro com o seu homólogo britânico — descrito como «uma conversa amistosa e franca».

Quanto à União Europeia, as questões relacionadas com o alargamento poderão ser debatidas sem que as instituições entretanto criadas sejam postas em causa, disse Cavaco Silva. Se o processo de adesão de países como a Austria ou a Suécia conta com o apoio dos dois líderes, já a aceitação de candidaturas co-

mo Malta ou Chipre deverá ser mais prudente.

Em resumo, ambos querem candidatos com economias em bom estado e capacidade de adaptação às exigências mínimas do funcionamento comunitário. «Seria um erro começar a distinguir entre países grandes e pequenos», disse Cavaco Silva.

Continua na pág. 5

África do Sul a um mês e meio das eleições

Uma calma muito tensa

*Jorge Heitor**

A tensão prevalece na África do Sul, apesar de o sábado ter sido de relativa calma, após a grande tempestade que na véspera deixou algumas dezenas de mortos no território do Bophuthatswana. Este perdeu o seu estatuto de independência e ficou sob a alçada de Pretória. Por outro lado, consumou-se a cisão na extrema-direita.

A República da África do Sul era ontem um país sem grande agitação, enquanto as respectivas Forças de Defesa patrulhavam o Bophuthatswana, o último dos bantustões onde havia alguma veleidade de preservar uma indepen-

dência concedida por Pretória durante os anos do "apartheid". Contaram-se algumas dezenas de cadáveres devido aos incidentes da véspera e ficou-se à espera do desenrolar da situação política, durante os próximos dias.

O Conselho Executivo de Transição (TEC), que está a apoiar e a fiscalizar o governo da África do Sul nestas semanas que antecedem as eleições, decidiu instalar uma administração interina naquele território, em substituição do Presidente Lucas Mangope, de 71 anos, cujo regime se desmoronou perante um levantamento popular verificado ao longo da semana.

Mangope era um dos membros da Aliança da Liberdade, a par do Inkatha e da Frente do Povo Afrikaner, outras entidades que não queriam ir às urnas enquanto não houvesse mais modificações na Constituição, de modo a dotar a África do Sul de um sistema federal, com vasta autonomia para cada uma das parcelas. Na sexta-feira à tarde, depois de ter perdido o controlo da situação, mudou finalmente de atitude e disse que aceitaria o escrutínio, mas nessa altura já ninguém estava disposto a ouvi-lo.

A direita divide-se

Para além da certidão de óbito do último dos bantustões pseudo-independentes, o fim-de-semana trouxe a confirmação de

uma ruptura que desde há dias se notava nas fileiras do "Povo Afrikaner", quando o general Constant Viljoen abandonou o lugar que detinha na direcção daquele bloco e disse que iria mesmo às urnas, com a sua nova Frente da Liberdade.

Na sexta-feira ainda se anunciara ter sido feita em nome de Viljoen, antigo Chefe do Estado-Maior General das Forças de Defesa da África do Sul, a mobilização dos 5.000 elementos de extrema-direita que entraram no Bophuthatswana para tentar deter o levantamento geral contra Mangope. Mas nessa mesma noite o general confirmou a apresentação de candidatos para as eleições, depois de haver constatado o malogro da operação, na qual morreram três militantes da AWB, dois deles executados sem piedade por um soldado local.

Na única lista de extrema-direita agora sujeita ao escrutínio de Abril, a da Frente da Liberdade, figuram pelo menos seis deputados cessantes do Partido Conservador, cujo líder, Ferdi Hartzenberg, se recusa a ir às urnas e foi colocado na presidência da assembleia radical criada pela Frente do Povo Afrikaner, com o apoio do AWB, de Eugène Terre'Blanche.

Fragmentar as fileiras dos políticos que contestam o actual modelo constitucional era aparentemente um dos objectivos do líder do ANC, Nelson Mandela, quando há poucas semanas pareceu ceder e admitiu que o conceito de um Volkstaat, pátria boer, poderá vir a ser discutido após o apuramento dos resultados eleitorais.

Mandela, De Klerk & Companhia

Mandela pode ser desde já considerado um poder de facto na África do Sul e o Presidente De

Klerk quase já nada faz, nestas últimas semanas do seu mandato, sem o consultar, devendo ambos manter-se em coligação depois das eleições. Fonte diplomática disse mesmo ao PÚBLICO ser perfeitamente admissível que o actual chefe do Estado fique como vice-presidente durante os próximos anos, o que decerto daria uma garantia de segurança à minoria branca do país e mesmo a muitas chancelarias estrangeiras.

É praticamente como Presidente eleito, ainda antes de o ser, que Nelson Mandela vai amanhã ao Bophuthatswana verificar como está a situação, depois de a vaga de fundo favorável ao ANC ter desfeito a presidência de Lucas Mangope.

As ruas ficaram ali cobertas de vidros e de outros destroços, carros incendiados e mais de 2.000 soldados sul-africanos, mas toda a gente quer acreditar que por agora o pior passou e que a violência não vai alastrar de imediato a outros territórios. O acontecido teria sido apenas um pesadelo, que vitimou perto de 70 pessoas, sem no entanto colocar fortemente em causa a possibilidade de a maioria dos cidadãos da África do Sul irem democraticamente às urnas no fim de Abril.

Quem está visivelmente desconsolado com a evolução dos acontecimentos é o AWB, que acusa o general Viljoen de se ter vendido a Mandela: "A História vai julgá-lo duramente, por ter abandonado o Volk (a comunidade afrikaner) na hora da mais profunda crise".

Por outro lado, o ministro sul-africano do Interior, Hennis Kriel, impôs o estado de emergência em 52 localidades onde se notava uma certa agitação, conseguindo assim irritar o ANC, que disse ter ficado sem a possibilidade de efectuar livremente campanha eleitoral nessas áreas. ■

*com Steven Lang, em Joanesburgo

Continuação da pág. 4

A noite do desespero racista

acrescentando que Portugal não se opõe à entrada dos países de Leste, desde que a sua capacidade política e económica o permita.

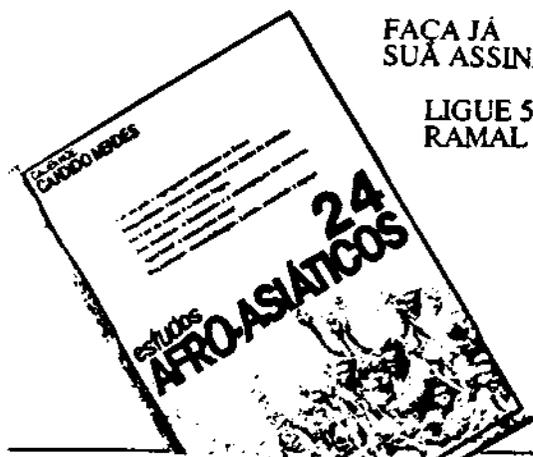
A excessiva centralização de poderes no seio da União preocupa os dois chefes de Governo, que, segundo o primeiro-ministro português, desejam um modelo político aberto, original e progressivo, capaz de reflectir a vontade dos povos que o integram.

No que toca à África do Sul, Portugal tem preocupações acrescidas. "Angola e Moçambique, em cujos processos de paz Portugal está envolvido, serão necessariamente afectados. Aparentemente, ninguém pensou ainda em planos de emer-

gência', mas as portas estarão abertas para os portugueses, caso seja necessário", confirmou Cavaco Silva, sublinhando ser prematuro falar em processos de repatriamento.

Quanto à presença de tropas portuguesas nos territórios da ex-Jugoslávia — outra das questões em debate no encontro —, ela irá permanecer limitada, disse o primeiro-ministro português. Os compromissos militares de Portugal, assumidos no quadro das Nações Unidas, serão satisfeitos com o envio de forças para Moçambique e, eventualmente, para Angola, acrescentou. ■

António Martins Mourão, em Londres



FAÇA JÁ SUÁ ASSINATURA

LIGUE 531-2000 RAMAL 259

A incógnita da África do Sul

José Gonçalves*

PÚBLICO, 13 3 94

O primeiro elemento em jogo na África do Sul é a própria natureza da sua transição, uma transição negociada internamente e que não termina nas eleições, antes começa com elas.

De modo geral, as transições africanas esqueceram o facto de os Estados do continente serem multiculturais, multicomunitários e, às vezes, até multinacionais. Nas sociedades com este tipo de divisão — sobretudo quando se trata de casos que cada vez mais a ciência política designa por “sociedades profundamente divididas” —, o factor ideológico é suplantado ou pelo menos igualado pelas solidariedades e medo de grupo.

As garantias para as comunidades minoritárias, a descentralização administrativa e o princípio de que o voto proporcional deve repercutir-se tanto no legislativo como no executivo são métodos que permitem, no caso africano, evitar a exacerbação dos antagonismos e fazer do período transitório uma fase de restabelecimento da confiança e de emergência de partidos políticos ou de sociedades civis onde as divergências étnicas sejam desdramatizadas.

A partir daí, terá impacto a noção de programa político-ideológico. O método usado para negociar uma transição nestes termos implica, antes de mais, boa vontade dos grandes actores políticos. Se um destes grandes actores estiver disposto a adoptar uma estratégia de confronto, os demais terão de possuir uma grande capacidade de envolvimento ou força armada dissuasiva. As media-

ções, em situações destas, serão reféns da conjuntura que se cria no terreno.

Até aqui, na África do Sul, não houve intervenções de mediadores, e tem a sua importância constatar que a direita defende agora a mediação externa contra a opinião do Governo. Para De Klerk, esta mediação é “manobra dilatória” e, de facto, ao avançar com a proposta, a direita pede a “adaptação do calendário eleitoral” para dar tempo à mediação.

Para o ANC, que em princípio concordou, pode tratar-se de uma concessão destinada a testar a boa fé destas forças, sublinhando que a data das eleições não é negociável.

A ausência da direita nas eleições tem algumas vantagens para o Partido Nacional, que pode mobilizar eleitores dessa faixa em nome da “barreira contra a aliança ANC-PC”. No entanto, o risco de violência cometida por sectores brancos levanta uma interrogação. Como se comportará o exército?

As forças armadas sul-africanas têm uma capacidade operativa bem conhecida e, em condições normais, são o tal factor dissuasivo. Mas, para isso, é fundamental que a cadeia de comando não se rompa e que a base se mantenha leal. Um problema que De Gaulle enfrentou (com sucesso) durante a transição para a independência da Argélia.

Os analistas locais de temas militares sublinham — inclusive no ANC — que as SADF não têm tradição golpista e que a chegada de De Klerk ao poder com o programa que tem vindo a aplicar era conhecida previamente dos militares. Desde

há vários anos que a teoria reinante nas SADF é que o problema do país “é 80 por cento político e 20 por cento militar”.

O desenvolvimento da máquina de guerra sul-africana obrigou ao recrutamento de pessoal altamente especializado. Como em todos os exércitos que atingem este nível, a preocupação é adoptar uma postura profissional que não se confunda com a atitude pretoriana. Assim, o corpo permanente do exército sul-africano exigiu que a capacidade operativa, os requisitos de promoção e o regulamento de disciplina fossem mantidos no futuro exército inteiramente voluntário. O próprio ANC concordou, até porque um exército forte ser-lhe-á muito útil na futura política austral.

Os soldados colocados no lugar dos polícias em zonas sensíveis do East Rand têm-se conduzido de forma elogiada por todos os grandes partidos e a reacção popular é favorável. O problema é saber se os casos de ligação aos antigos comandos e antigos métodos serão suficientemente numerosos para provocar rupturas na intensidade dissuasiva de uma força que vai ser espalhada por todo o país no período eleitoral, como garantia contra sabotagens e intimidades.

Dois temas ocupam, portanto, o topo do cenário actual; de que forma serão cumpridos os acordos negociados pelos signatários que devem coabitar nas futuras instituições e como se comportará o regulador da violência perante a sua persistência ou mesmo o seu recrudescimento. ■

* jornalista angolano residente na África do Sul

Bophuthatswana

Mandela recebido em apoteose

PÚBLICO, 16 3 94

MILHARES de pessoas receberam ontem, em ambiente de festa, o presidente do Congresso Nacional Africano (ANC) durante a primeira visita de Nelson Mandela ao Bophuthatswana, 17 anos depois da interdição do ANC no bantustão negro agora desaparecido.

Os manifestantes encheram as ruas de Mmabatho, a capital do território regressado à soberania da África do Sul depois do derrube, na madrugada de domingo, do Presidente Lucas Mangope, gritando slogans, dançando e agitando bandeiras do ANC. “Mandela, obrigado por nos teres libertado”, lia-se num dos cartazes.

Toda a liberdade de expressão foi recusada à população do Bophuthatswana durante mais de uma década e meia, período em que todos os comícios do ANC foram sistematicamente proibidos.

Mas o maior acolhimento dispensado a Mandela foi feito por cerca de dois mil funcionários públicos, no Palácio dos Congressos, cantando e dançando à chegada do líder do ANC, que os ouviu dizer “Poder! Não o queremos de De Klerk [o Presidente sul-africano], queremos Mandela como Presidente”.

As primeiras palavras de Mandela foram precisamente para aqueles que, em greve há quatro semanas, contribuíram decisivamente para a destituição, há dois dias, de Lucas Mangope, afastado na sequência de uma rebelião de

grandes dimensões.

“Estas semanas não foram protagonizadas por uma só pessoa, mas pelo povo do Bophuthatswana, os funcionários, os estudantes, os homens de negócios, o exército e a polícia”, disse Mandela.

O líder do ANC pediu a todos os funcionários que regressassem ao trabalho, admitindo que a administração pública deverá ser objecto de correções mas que ninguém perderá o seu emprego.

Mandela dirigiu-se depois a meio milhão de homens de negócios do território, muitos alvo das pilhagens dos últimos dias, exprimindo-lhes a sua “solidariedade” e condenando energicamente aqueles que promoveram o vandalismo público.

Liberdade vigiada

Mmabatho, onde manda agora o antigo embaixador da África do Sul no Bophuthatswana, Tjaart van der Walt, promovido a administrador do território, como todo o antigo bantustão, continuam sob a vigilância das forças de segurança sul-africanas, que patrulham as ruas dos principais centros urbanos.

A extrema-direita branca admitiu entretanto, em declarações à agência Reuter, ter perdido cinco dos seus homens nos incidentes da semana passada, dois da Frente do Povo Afrikaner e três do Movimento de Resistência Afrikaner, quando estas orga-

Continua na pág. 8

Negociações angolanas ontem retomadas e na agenda do Conselho de Segurança

Sob o signo da África do Sul

PÚBLICO, 17 3 94

António Matos

A UNITA voltou ontem às negociações de paz, depois de um interregno de seis dias em que chegou a admitir-se a ruptura. O "dossier" da partilha do poder, que o Governo mantém em segredo, é o que separa as duas partes. O regresso dos homens de Savimbi a Lusaca coincidiu com a reunião do Conselho de Segurança, o que levou Eduardo dos Santos e Savimbi a exporem-se. Mas há quem eleja o processo de paz sul-africano como o verdadeiro "leitmotiv" do arrastamento das negociações interangolanas.

As delegações do Governo e da UNITA retomaram ontem em Lusaca as negociações interangolanas de paz, após uma interrupção de

cerca de uma semana, que foi utilizada pelo mediador Alioune Beye, representante especial do secretário-geral da ONU, para se encontrar com Jonas Savimbi e Eduardo dos Santos. O recomeço das negociações na capital da Zâmbia coincide com a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que deverá prorrogar até 31 de Maio o mandato da sua missão no território angolano.

A equipa negociadora da UNITA, liderada pelo secretário-geral do partido, Eugénio Manuvakola, regressou a Lusaca na tarde de terça-feira, após consultas, no Huambo, com Jonas Savimbi. Ontem, as delegações das duas partes do conflito angolano não se encontraram formalmente, tendo a delegação do partido de Jonas Savimbi mantido contactos com os mediadores.

Partilha em segredo

No momento em que foram interrompidas, as negociações de paz para Angola encontravam-se — segundo a France-Press — em risco de ruptura, por desentendimentos a propósito da partilha do poder. A UNITA reivindicava a designação de alguns ministros, nomeadamente para a pasta do Interior (que tutela a Polícia, um dos pontos mais polémicos da negociação), bem como o governo de várias províncias. No domínio concreto da administração regional, a UNITA gostaria de lhe ver atribuída, para além das províncias do Huambo e do

Bié, a província de Benguela. No pacote proposto pelo Governo de Luanda, Benguela não estaria incluída, mas sim Uíge e Cuanza Norte.

A enviada especial da agência Lusa às negociações, Maria de Lurdes Lopes, diz, no entanto, que a questão da partilha do poder é "um dos segredos mais bem guardados" da ronda negociadora de Lusaca: "O Governo exige que essa matéria se mantenha em segredo absoluto, até pelas consequências junto da opinião pública angolana do anúncio da cedência de pastas ministeriais", diz esta jornalista. O Governo considera, aliás, que está a "fazer uma oferta" à UNITA e que, por isso, o documento da partilha do poder "não é negociável".

Uma fonte das Nações Unidas em Nova Iorque, citada pela Lusa, dá entretanto por adquirido que Luanda propôs à UNITA a sua participação no Governo a nível ministerial nas áreas do Comércio, Saúde, Turismo e Hotelaria e Materiais de Construção, para além dos vice-ministros da Defesa, Obras Públicas, Minas, Comunicação Social e Agricultura.

As informações que dão por adquirido o princípio da partilha do poder em Angola, entre a maioria do MPLA e a UNITA, motivaram já uma posição de repúdio por parte do PRS (Partido de Renovação Social), o terceiro partido com expressão parlamentar em função dos resultados das eleições de 29 e 30 de Setembro de 1992. Este partido

tem no povo quicoco, das províncias das Lundas Norte e Sul, a sua principal base de apoio. O PRS diz, em comunicado enviado para a redacção do PÚBLICO, que, "ao pretender oferecer à UNITA a administração onde ela foi maioritariamente votada, o Governo clarificou definitivamente toda a sua antipatia e ingratidão aos eleitores que, nas urnas, haviam conferido voto de confiança ao MPLA".

Ao ritmo da África do Sul

A reunião do Conselho de Segurança da ONU, adiada de terça-feira para ontem, obrigou a uma maior exposição pública das duas partes do conflito (ver caixa). A proposta do secretário-geral, Butros-Ghali, ia no sentido de reforçar a presença das Nações Unidas no território angolano, alargando o contingente da missão (Unavem III) de 76 para 490 elementos. Nos termos da proposta, o mandato da missão deverá ser prorrogado até 31 de Maio.

Butros-Ghali mostra-se preocupado com as situações humanitárias — "3,3 milhões de pessoas necessitando de ajuda urgente, no valor de 179 milhões de dólares [31 milhões de contos], nos próximos cinco meses" — e militar. Embora o secretário-geral da ONU registre uma diminuição dos combates,

Continua na pág. 9

Continuação da pág. 7

Mandela recebido em apoteose

nizações mandaram centenas de membros invadir o Bophuthatswana em auxílio de Lucas Mangope.

Pelo menos nove negros foram entretanto mortos em incidentes separados na província do Natal, anunciou a polícia sul-africana. Um atirador matou seis pessoas e feriu outras sete em Empangeni, perto de Durban. Em Umlazi, próximo da mesma cidade, três pessoas foram mortas antes do início de uma marcha do ANC.

Entretanto, o Conselho

Executivo de Transição (TEC) sul-africano aprovou a alteração da bandeira do país, que passa a ter seis cores, em lugar das três — vermelho, branco e azul — com que actualmente conta. Ficam todas, conforme uma das sete mil ideias apreciadas em concurso, mas agora acompanhadas pelo verde, o preto e o amarelo.

Mas o TEC aprovou também um novo hino, o "Nkosi Sikeleli Afrika" ("Deus Abençoe a África"), cantado nas manifestações e comícios dos opositores negros, que empareceira agora com "Die Stem" ("A Voz"). ■

Recenseamento em causa

A OPOSIÇÃO guineense exigiu ontem ao presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE) a suspensão do processo de recenseamento "até que sejam corrigidos os estrangulamentos" que têm dificultado o processo eleitoral.

O pedido foi feito ontem de manhã em Bissau numa reunião entre uma delegação do Fórum Democrático (FD, espaço de concertação política que reúne 11 partidos políticos da oposição) e o presidente do CNE, Alberto Baptista Lopes.

Em declarações à Lusa, Amine Saad, presidente em exercício do FD, afirmou ter alertado Baptista Lopes para "as consequências gravosas" que podem surgir caso não sejam suspensos os preparativos do processo de recenseamento. Em causa está, segundo Amine Saad, o não funcionamento das Comissões Regionais

de Eleições (CRE) que, de acordo com a oposição, têm permitido o surgimento de "fraudes" em diversas regiões do país.

Reunida na passada terça-feira em cimeira de líderes, a oposição acusou o PAIGC de estar a cometer ilegalidades no processo de recenseamento eleitoral, distribuindo, em várias regiões do país, fichas de inscrição apenas aos militantes do partido e afirmando que o recenseamento não é obrigatório.

O recenseamento eleitoral inicia-se segunda-feira, dia 21.

Solicitado a comentar as acusações da oposição, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Cardoso, minimizou-as, afirmando que os casos apresentados pelo Fórum "são pontuais e acontecem em qualquer parte do mundo". ■

PÚBLICO, 17 3 94

Lusa

Conselho de Segurança evita condenações

O CONSELHO de Segurança (CS) das Nações Unidas contrariou as pretensões do Governo de Luanda de uma condenação explícita da UNITA e optou, na madrugada de ontem, por lançar um apelo às duas partes do conflito angolano para que concluam rapidamente um acordo de paz e reconciliação nacional. Sem atribuir responsabilidades, o CS expressou a sua "grave preocupação" pela continuação dos combates e deixou claro às duas partes que é fundamental que cessem "imediatamente" os confrontos.

A espera de melhores de notícias de Angola, o CS aprovou apenas parcialmente uma proposta do secretário-geral da ONU, Butros-Ghali. Aceitou a prorrogação do mandato da Unavem II (missão das Nações Unidas em Angola) apenas até 31 de Maio, mas manteve o seu efectivo em 79 elementos, reduzido desde do reacender dos confrontos no início de 1993.

A sugestão do secretário-geral de reforço daquele contingente para 490 efectivos ficou adiada, até que Butros-Ghali informe que houve acordo entre Governo e UNITA e ateste que foram aprovadas as condições para o alargamento. Embora tenha sido apresentada em plano secundário, ficou patente a

preocupação do CS com os custos financeiros do reforço da Unavem II: o alargamento de 79 para 490 elementos custaria 20,8 milhões de dólares (cerca de 3,6 milhões de contos) nos primeiros três meses.

CS evitou novas sanções

Ao decidir como decidiu, o CS mais não fez do que pressionar as negociações em curso em Lusaca, capital da Zâmbia, desde Novembro do ano passado. Recorde-se que na sua anterior reunião, em Setembro de 1993, o CS tentara forçar a UNITA a depor as armas e, nesse sentido, decretara sanções petrolíferas e militares contra o partido de Savimbi, já na altura instalado de pedra e cal no Planalto Central — fazendo da cidade do Huambo a capital — e na região petrolífera do Soyo, no litoral norte de Angola.

É certo que, depois disso, ambas as partes iniciaram o diálogo em Lusaca, mas é igualmente certo que os combates no terreno não cessaram. O facto de o CS não reeditar medidas daquele tipo, revela que ele não pretende hostilizar uma das partes do conflito, mas reparte as responsabilidades pelo reacender dos conflitos, nomeada-

mente na cidade do Cuito, no início de Fevereiro, e nas províncias de Malange, Cuanza Norte e Cuando-Cubango.

Governo e UNITA retomaram ontem o diálogo e as informações da enviada especial da Lusa, Maria de Lurdes Lopes, davam por adquirida uma maior flexibilidade das propostas da UNITA. A delegação do partido do galo negro regressou do Huambo na terça-feira à tarde — após consultas com Jonas Savimbi e depois de uma investida diplomática do mediador Alioune Beye, representante especial do secretário-geral da ONU, que, entre sexta-feira e domingo, conversou com Jonas Savimbi e Eduardo dos Santos.

Citando uma fonte do partido, a Lusa refere que a UNITA reduziu as suas exigências para participar nos diversos níveis do poder em Angola. O porta-voz da equipa negocial, Jorge Valentim, diz que a UNITA "está muito flexível". As exigências da UNITA neste domínio, nomeadamente as nomeações do ministro do Interior — que tutela a Polícia, "dossier" polémico das negociações — e do governador da província de Benguela, tinham levado a um bloqueio da ronda de Lusaca na quinta-feira da semana passada, o

que esteve na origem da deslocação ao Huambo e a Luanda de Alioune Beye.

A principal novidade que a delegação da UNITA trouxe do Huambo é a proposta de definição de um estatuto para a oposição. Jorge Valentim disse mesmo à Lusa que essa definição completará o capítulo da reconciliação nacional em discussão já há mais de dois meses.

Em entrevista ao PÚBLICO, no dia 13 Fevereiro, o próprio Jonas Savimbi já tinha admitido que aceitaria na cena política angolana o papel de líder da oposição, à inglesa, com estatuto definido na Constituição. Questionado sobre se, para além de ser líder da UNITA, apenas aceitaria a Presidência da República, Savimbi disse: "Diz-se muita coisa, que o Savimbi queria uma vice-presidência que não existe nem na constituição nem nos estatutos do MPLA, que o Savimbi teria salário de primeiro-ministro, o Savimbi teria três carros... Eu tenho mais de três carros aqui. Eu, se pudesse desempenhar um papel um pouco acima do quadro estritamente da UNITA, aceitaria liderar a oposição, se tivesse um espaço verdadeiro. Mas como lacaio, eu não vou aceitar." Esta posição deverá ser, portanto, a que a delegação da UNITA irá colocar sobre a mesa das negociações. ■

Continuação da pág. 8

Sob o signo da África do Sul

havia ontem informações de que dez funcionários (presumivelmente angolanos) do Programa Alimentar Mundial teriam morrido numa emboscada da UNITA, na localidade de Zenza do Itombe, a uma coluna humanitária que se dirigia para o Dondo (Cuanza Sul). Esta informação não foi confirmada por nenhuma fonte indepen-

dente e um elemento da delegação da UNITA em Lisboa considerou tratar-se de uma "manobra de intoxicação do MPLA para perturbar as negociações e influenciar o Conselho de Segurança".

Mais importante do que a pressão da comunidade internacional para que as negociações em torno da questão angolana

andem, mais depressa pareça ser, no entanto, a expectativa quanto ao desfecho do processo de democratização da África do Sul. Vai nesse sentido a opinião da única jornalista portuguesa que tem acompanhado as negociações em Lusaca, Maria de Lurdes Lopes: "Dado o ambiente cordial que, aqui, tem rodeado as negociações, não se pode en-

contrar outra justificação para o adiamento de uma solução que não seja a expectativa de ambas as partes, mas sobretudo da UNITA, quanto ao processo de democratização em curso na África do Sul. O sucesso ou insucesso das eleições sul-africanas influenciará, sem dúvida, a posição das duas partes do conflito angolano." ■

Dos Santos e Savimbi expõem-se

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, fez chegar ontem ao secretário-geral das Nações Unidas, Butros-Ghali, uma carta em que diz ser necessário exercer "pressões de todo o tipo" sobre a UNITA para que haja acordo em Lusaca. Eduardo dos Santos interroga-se, na carta, se a UNITA não estará "a aguardar alguns desenvolvimentos políticos" na África do Sul antes de dar a conhecer a sua posição "sobre as várias propostas" apresentadas pelo Governo.

O chefe de Estado angolano diz que "seria inaceitável a simples partilha do poder", pois poderia abrir "precedentes perigosos para outros países da África Austral que buscam o caminho da paz através das eleições". Eduardo dos Santos afirma, no entanto, estar disposto a "tudo fazer a favor da paz".

Jonas Savimbi, por seu lado, negou ontem, através da Vorgan, qualquer ligação entre "a paz para Angola e as eleições na África

do Sul", pois, disse, "o acordo virá de Lusaca". O presidente da UNITA afirmou que "o que a África do Sul faz para Angola é apenas mandar mercenários para ajudar as forças governamentais a destruir a UNITA".

Savimbi acusou, na sua alocução — justificada pelo 28º aniversário da UNITA, assinalado no dia 13 de Março —, "muitos ministros de governos estrangeiros" de andarem "por outros países a pedir armas para as tropas de Luanda acabarem com a UNITA". ■

Buthelezi ameaça com "guerra de libertação"

O DIRIGENTE do Inkhata, Mangosuthu Buthelezi, ameaçou ontem com uma "guerra de libertação" se o líder do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, e o Presidente Frederik de Klerk realizarem mesmo as eleições marcadas para os dias 26 a 28 de Abril sem o concurso da organização zulu.

Buthelezi, que fez a ameaça na sessão de inauguração da sessão anual do parlamento do Kwazulu, em Ulundi, disse que se o ANC e o Partido Nacional (no poder) tentarem fazer no bantustão zulu o que fizeram no Bophutatswana, na semana passada, reprimindo os opositores das eleições do próximo mês, ele iniciará uma campanha sem precedentes que tornará o país "ingovernável".

O líder zulu acusou Mandela e De Klerk de tentarem desestabilizar os funcionários públicos do Kwazulu como fizeram no Bophutatswana, bantustão que voltou a semana passada à soberania sul-

africana após a destituição do seu dirigente, Lucas Mangope, que também se opunha à realização, no território, das eleições gerais.

Buthelezi discordou que nas actuais circunstâncias não devem realizar-se eleições regulares na África do Sul. "Se o processo eleitoral seguir o seu curso e se o escrutínio for finalmente declarado livre e regular, isso será porque a oposição democrática foi mandada para o museu pelo poder do Estado".

O líder zulu, que inscreveu provisoriamente o seu partido entre as formações concorrentes, mas que no prazo legal, que terminou há oito dias, não apresentou a lista dos deputados do Inkhata, não disse que não concorreria às eleições mas defendeu o seu adiamento.

A Comissão Eleitoral Independente afirmou na quarta-feira que as listas para as eleições estavam "fechadas".

"Se uma mediação internacional ocorrer rapidamente, se as emendas [à Constituição] forem feitas, se a data de registo das candidaturas for revista e se as datas do escrutínio forem

mudadas, participaremos nas eleições", disse Mangosuthu Buthelezi.

Cancelado encontro entre Mandela e rei zulu

A radicalização das posições do líder zulu ocorreu horas depois do ANC anunciar a anulação do encontro, que estava previsto para hoje, em Ulundi, entre Mandela e o rei zulu Goodwill Zwelithini.

A anulação da reunião — pois não foi anunciada qualquer data para a sua realização — deveu-se, segundo o porta-voz do ANC, Ronnie Mamoeza, a "motivos de segurança", depois do secretário-geral do partido de Mandela, Jacob Zuma, ter telefonado ao presidente nacional da organização de Buthelezi, Frank Mdalose, manifestando receio por distúrbios ou mesmo o assassinio do líder do ANC.

Mdalose disse à Reuter que Zuma lhe telefonou manifestando-lhe receio pela segurança fi-

sica de Nelson Mandela caso este fosse a Ulundi, onde hoje deveria reunir-se com o soberano zulu num encontro que os analistas classificaram de "histórico".

Zuma ainda propôs a Mdalose que a reunião fosse transferida para Durban, o grande porto da costa do Índico, ou adiado, ao que este respondeu que havia segurança suficiente, tanto da polícia do Kwazulu como da África do Sul, podendo o ANC enviar se quisesse os seus próprios agentes de segurança. Ambas as partes recusaram a proposta da outra e Mandela não vai hoje a Ulundi.

Anulado o encontro entre Mandela e Zwelithini, o processo democrático na África do Sul estava ontem dependente das iniciativas que o Presidente De Klerk está a fazer com o Inkhata.

"Estou a estudar uma iniciativa no que respeita ao Inkhata e há uma ligeira esperança quanto a uma eventual solução", disse De Klerk após um encontro com homens de negócios sul-africanos. ■

Rei Goodwill proclama Estado zulu

PÚBLICO, 19 3 94

O rei zulu, apoiado no partido Inkhata, anunciou a criação dum Estado zulu na África do Sul. Pode ser a declaração de guerra que faltava ou uma manobra política para impor uma nova negociação à beira do abismo.

O rei zulu Goodwill Zwelithini proclamou ontem a soberania dum Estado zulu na África do Sul, anunciou a ruptura das negociações com o Governo de Pretória, confirmou o boicote das eleições na região do Natal e apelou aos seus milhões de compatriotas para que defendam a sua nação contra a reincorporação na África do Sul.

"Estamos aqui a proclamar perante o mundo a nossa liberdade e a nossa soberania e a nossa indefectível vontade de a defender a todo o custo", disse Goodwill perante alguns milhares de adeptos à porta do parlamento de Ulundi, capital do Kwazulu (Natal). "Apelo aos zulus para cumprirem

o seu dever sagrado de defender a liberdade e soberania contra quem quer que seja que na África do Sul se atreva a desafiá-las".

Um membro do comité central do Inkhata, Theminkosi Memela qualificou a declaração do rei como um "muito grave aviso", acrescentando que o parlamento local poderia aprovar nas próximas semanas uma Constituição para o Kwazulu-Natal.

Memela, em declarações à Reuter, relativizou no entanto o alcance da proclamação, dizendo que não se poderia especificar se a assembleia optaria pela independência ou apenas pela autonomia.

O rei e o seu tio Mangosuthu Buthelezi, líder do Inkhata, rejeitaram a constituição interina da África do Sul pós-apartheid e recusaram a participação nas eleições de 26-28 de Abril. Um encontro entre Goodwill e Mandela esteve previsto para quinta-feira, mas acabou por ser desmarcado pelo ANC.

No seu discurso, o rei frisou que as conversações com o Governo sobre a soberania zulu tinham chegado "ao fim da estrada", pois o Presidente De Klerk aceitou subjugar o reino Kwazulu a um Estado unitário. Buthelezi não

discursou mas disse aos jornalistas que gostaria de evitar a ruptura mas que não estava optimista.

Responsáveis do Inkhata têm anunciado que o movimento boicotará activamente, e pela violência, as eleições na província do Natal. Calalakubo Khawula, um dos líderes do parlamento do Kwazulu, citado pela Reuter, disse recentemente que usariam "armas de fogo contra os que queiram votar" e que a região será fechada a táxis e autocarros entre 26 e 29 de Abril.

O território do Natal, onde em 1972 foi criado o bantustão do Kwazulu, governado por Buthelezi, têm sido um dos principais campos de batalha, entre adeptos do Inkhata e do ANC, com um saldo de milhares de mortos.

No entanto, tanto a nível nacional como no próprio Natal, o Inkhata, se é uma força altamente organizada e combativa, não é maioritário na comunidade zulu. O ANC, sobretudo a partir da sua legalização, dispõe de forte implantação entre os zulus, os quais, aliás, se pronunciam nas sondagens a seu favor.

Segundo o correspondente da Lusa, a declaração de Goodwill foi recebida nos meios dirigentes

com "apreensão", pelo risco de desestabilização que encerra, e com "cepticismo", pela convicção generalizada da inviabilidade económica dum Kwazulu, uma "manta de retalhos" composta por 14 territórios.

John Kane-Berman, director do Instituto de Relações Raciais, citado pela Lusa, salientou que o verdadeiro risco é "a perspectiva do primeiro Governo negro enfrentar, tal como o seu antecessor branco, uma resistência extraparlamentar, o que significaria enviar unidades da actual Força de Defesa (o Exército sul-africano) e do Umkhonto We Sizwe (o ramo militar do ANC) para esmagar os zulus que estão a treinar forças de auto-defesa".

Um escândalo denunciado ontem dá a medida dos riscos. Segundo testemunhas do inquérito judicial em curso sobre a violência no país, altos responsáveis da polícia, entre elas o seu número dois, general Basie Smit, e o chefe dos seus serviços de informação, general Krappies Engelbrecht, entregaram armas ao Inkhata e estão, além disso, implicados em chacinas, designadamente as ocorridas em dormitórios de trabalhadores. ■

A terceira força

Buthelezi e o Inkatha, cada vez mais isolados, aparecem agora envolvidos num escândalo de contrabando de armas juntamente com altos chefes militares

EXPRESSO, 19 3 93

DAVID BERESFORD
correspondente
em Joanesburgo

UM ENORME escândalo de contrabando de armas rebentou ontem na África do Sul, envolvendo um dos principais comandantes das Forças de Defesa e Segurança (FDS) e o Partido da Liberdade Inkatha do chefe Mangosuthu Buthelezi.

O escândalo — a maior revelação até agora sobre o envolvimento da chamada Terceira Força, um agrupamento misterioso geralmente responsabilizado pela violência política no país — foi divulgado pela Comissão de Inquérito Goldstone, após um trabalho secreto de investigação de cinco semanas. A comissão identificou o vice-comissário da Polícia, general Basie Smit, o chefe do serviço de espionagem da Polícia, major-general Krappies Engelbrecht, e ainda o tenente-general Johan LeRoux, bem como figuras destacadas do Inkatha, nomeadamente Themba Khoza, presidente do Inkatha para a região de Joanesburgo.

A comissão encontrou provas de que uma unidade secreta da Polícia, a Vlaplaas, entretanto desmantelada, fazia «trabalho sujo», sendo as suas actividades do conhecimento dos generais citados.

Smit, um dos mais poderosos servidores do aparelho estatal sul-africano, que ocupava o segundo posto na hierarquia da Polícia até ser suspenso em consequência do escândalo agora divulgado, era o chefe

da Brigada de Segurança quando se envolveu no Inkathagate — relacionado com o financiamento secreto das actividades políticas de Buthelezi. Era também membro do Conselho de Segurança do Estado — a mais importante instância em questões de segurança — tanto agora como durante a Administração PW Botha, e dá-se como certo que conhece muitos dos mais bem guardados segredos do Governo.

Talvez por isso, por ser demasiado poderoso, foi um dos sobreviventes da «limpeza» feita entre os comandos da Polícia pelo Governo De Klerk, em 1992. Smit tinha pedido aos seus advogados que tentassem impedir Goldstone de divulgar as acusações contra a si. Havia receios de uma tentativa de encobrimento.

Receios de golpe

No princípio da semana, o líder do bantustão do Transkei, general Bantu Holomisa — candidato pelo ANC ao futuro parlamento do novo regime de maioria — afirmou que o Presidente de República havia tentado convencer Goldstone a não publicar o relatório, com o argumento de que a gravidade das acusações era susceptível de empurrar as FDS para um golpe de extrema-direita.

Supõe-se que o líder do Transkei tenha feito estas acusações por instigação do ANC, que tentava assim pressionar o juiz a divulgar os resultados. Há muito que Mandela acusava o Poder de estar por detrás do apoio ao Inkatha.

O relatório refere também o

fornecimento de armas a um exército privado que o Inkatha está a formar no Natal, com a aparente colaboração, entre outros, do movimento neonazi Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB).

Buthelezi promoveu no ano passado a formação desta força e das chamadas «unidades de auto-protecção». Desde então, três mil recrutas receberam instrução militar com armas do exército sul-africano. Outros 1.500 homens estão a ser treinados actualmente. Após a recruta, os graduados deverão dar instrução a outros homens nas suas comunidades natais. Instrutores do AWB foram vistos e fotografados nos campos de treino do Inkatha.

Buthelezi isolado

O escândalo das armas explodiu no meio de todo o drama político que envolve Buthelezi e o Inkatha. Cada vez mais isolado desde a dramática queda do governo do bantustão do Bophuthatswana, Buthelezi é hoje considerado a principal e mais grave ameaça a uma solução pacífica da crise sul-africana.

O ANC, ansioso por o neutralizar, concordou esta semana em Nelson Mandela se desloque a Ulundi, capital zulu, para uma reunião de grande simbolismo com o rei Goodwill Zwelithini. O tema central seria a paz. Mas a reunião foi adiada à última hora, depois do ANC denunciar uma conspiração para assassinar Mandela.

Mas parece que a verdadeira razão não foi essa, antes

uma hábil jogada de Buthelezi para que o rei e Mandela apenas se encontrassem em público, afastando as esperanças de que o líder do ANC conseguisse exercer a sua influência pessoal sobre o rei, levando-o à defesa de uma solução de paz, se necessário contra o chefe Buthelezi.

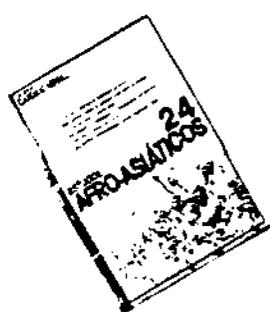
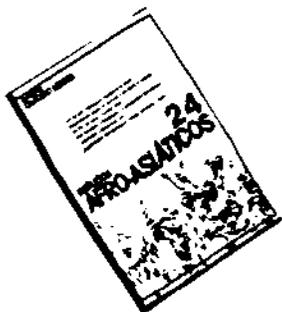
Tanto o ANC como o Partido Nacional do Presidente De Klerk estão aparentemente a manobrar de modo a forçar uma divisão do Inkatha. Corre o boato de que os nacionalistas estão a negociar com um dos principais assessores de Buthelezi, oferecendo-lhe a liderança do partido no Natal — e o apoio à sua candidatura ao governo regional —, se conseguir persuadir altos responsáveis do Inkatha a abandonar o partido, em protesto pela recusa de participar nas eleições de Abril.

Uma divisão semelhante ocorreu esta semana na Afrikaner Volksfront, devido à opção de um grupo de políticos e generais, liderados pelo ex-comandante das Forças de Defesa e Segurança, general Constand Viljoen, de participar nas eleições, mediante a formação de um novo partido político, a Frente da Liberdade.

Entre os seus membros encontram-se muitas figuras proeminentes do Partido Conservador — o principal partido da direita —, bem como poderosos latifundiários. O líder dos conservadores, Ferdie Hartzenberg, afirmou que qualquer membro do partido que se candidate às eleições será expulso.

Desmobilização em Moçambique

OS PRIMEIROS soldados da Renamo devem começar a ser desmobilizados hoje, no campo militar de Neves, na província de Inhambane, no Sul, em cerimónia na presença do líder do movimento, Afonso Dhlakama, e do representante especial da ONU em Moçambique, Aldo Ajello. Na semana passada, em Massinga, deu-se a primeira desmobilização de soldados governamentais. Desde então, cerca de 700 terão abandonado as Forças Armadas. ■ PÚBLICO, 18 3 94



... Bissau aceita Xanana

A GUINÉ-BISSAU continua disposta a receber Xanana Gusmão, afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros guineense, Bernardino Cardoso. Segundo a agência Lusa, Bernardino Cardoso afirmou que já foram feitos todos os contactos com Jacarta e que Bissau aguarda agora a resposta que poderá levar Xanana àquele país. O ministro guineense acrescentou que o seu país se dispôs a

PÚBLICO, 18 3 94

receber o antigo líder da resistência timorense, pois sempre esteve solidário com a causa do povo de Timor-Leste. A esse facto se junta um outro: "Somos um Estado emanado de uma luta de libertação nacional. Por isso, apoiamos todas as lutas que possam conduzir a uma autodeterminação." Para o chefe da diplomacia da Guiné-Bissau, a autodeterminação pode ser atingida através de uma cooperação económica com a Indonésia e pelo estabelecimento de relações diplomáticas com aquele país. ■

The realities of power

THE ECONOMIST, 19.3.94

THE voice of Nelson Mandela echoed around the huge stadium in Bophuthatswana. "The people have risen and tyrants have fallen," the grey-haired African National Congress leader told a wildly cheering crowd. Only days before, the ANC, along with other political parties, had been banned from campaigning in this supposedly independent "homeland". Then a popular revolt in the streets of the capital, Mmabatho, and the neighbouring town of Mafikeng brought down Lucas Mangope, Bophuthatswana's first and only president. On March 12th Mr Mangope was formally removed from office and the South African government took over. Another piece of the apartheid scaffolding was gone.

Mr Mangope had repeatedly turned down requests from the ANC to hold a rally at the huge "independence stadium", claiming that the mere presence of ANC leaders would provoke "his Tswana people" to violence. In fact, when Mr Mandela arrived in triumph this week, 50,000 people braved the searing heat to welcome him. He addressed the crowd in Tswana as "my people", and won deafening applause.

Mr Mangope's fall—and the way it happened—has dealt a severe blow to the right-wing Freedom Alliance, of which his government was a founding member. Last year Ciskei, another of the homelands, buckled and broke with the Alliance. Its military leader, Oupa Gqozo, had refused to recognise South Africa's transitional executive,

and had threatened to boycott the first all-race election. Then, faced with growing restlessness within his civil service, police and army, he gave in, agreeing both to take part in the election and to let political parties campaign freely in Ciskei.

The question now is whether Mangosuthu Buthelezi, prime minister of the KwaZulu homeland, will suffer the same fate. Mr Mandela alluded to KwaZulu at this week's rally: "The lesson will not be lost on people living under tyrants," he said. But the result, he hinted, need not be the same. He intended, he said, to offer everybody a "silver bridge" across which they could retreat, and proposed a meeting with the Zulu king, Goodwill Zwelethini.

Mr Buthelezi was not impressed. Mr Mangope's overthrow, he said, was illegal and showed that President F.W. de Klerk could not be trusted; KwaZulu would be "no pushover". He was quick to assure KwaZulu's bureaucrats that their jobs and pensions would be guaranteed under the new constitution. Disloyalty is not encouraged: anonymous pamphlets were recently circulated identifying civil servants who were ANC sympathisers. Their homes were later burnt down by unknown arsonists. Yet the Zulu king agreed to meet Mr Mandela on March 18th.

The political repercussions of Mr Mangope's downfall have spread to the heart of Afrikaner nationalist politics. When Mr Mangope realised last week that his govern-

ment was on the edge of collapse, he called for help from General Constand Viljoen, leader of the Afrikaner Volksfront. The general sent in his Volksfront commandos to secure Bophuthatswana's military air base. But they were then joined by thousands of commandos of the way-out Afrikaner Resistance Movement (AWB), whose demagogic leader, Eugene Terre'Blanche, ignored requests from Mr Viljoen and Mr Mangope to keep his zealots out.

Bophuthatswana's black citizens bitterly resented the AWB's arrival. Clashes left several of its men dead, two of them wounded, then killed by a local policeman after they had raised their hands in surrender.

Mr Viljoen criticised the AWB for ignoring his orders to stay out, calling its commandos ill-disciplined and reckless. The AWB hit back sharply, calling him a "political Judas goat". Mr Viljoen then resigned from the Volksfront. He had earlier tried to persuade its members to take part in the election, and failed. Now he registered a new party, the Freedom Front, just in time for the electoral deadline. He has been joined by some members of the Conservative Party—it is boycotting the election—including its entire Natal executive and by two other Volksfront generals.

The real losers in Bophuthatswana were Mr Terre'Blanche and his Afrikaner separatists. Having repeatedly boasted of their military prowess, the AWB commandos had to flee hastily, some protected by the army. As Mr Mandela told the cheering crowd this week, the AWB had been given a lesson it would never forget. And the real winner? Arguably, South Africa.

ANC quer demissões na polícia

PÚBLICO, 20.3.94

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) exigiu ontem o saneamento de todos os polícias implicados no fornecimento de armas ao partido rival zulu, o Inkatha, e noutro tipo de acções mais ou menos secretas para prejudicar a transição pacífica da África do Sul para um sistema democrático e multirracial.

O juiz do tribunal de segunda instância Richard Gol-

dstone disse ter provas que que o comissário adjunto da polícia, General Basie Smit, está entre os envolvidos.

"Isto é apenas a ponta do icebergue. O ANC pensa que muita mais gente está ainda envolvida nesses truques sujos. É necessário actuar rapidamente para afastar todos os implicados", disse o porta-voz do ANC, Carl Niehaus.

O juiz disse numa conferência de imprensa na sexta-feira ser necessário actuar o mais rapidamente possível para evitar mais desestabilização, antes das primeiras eleições multirraciais no país, previstas para 26 a 28 de Abril. O ANC é tido como vencedor folgado do escrutínio.

A maioria das acções referidas por Goldstone, incluindo

o fornecimento de armas e a provocação de violência nos comboios e em pensões onde dormem habitualmente os trabalhadores migrantes negros, eram feitas com a intenção de ajudar o Inkatha, que se julga deverá boicotar as eleições.

O líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, disse não ter conhecimento de altos dirigentes do seu partido terem recebido armamento dos generais.

Os analistas políticos dizem que de Klerk e outros dirigentes do seu Partido Nacional foram extremamente ingénuos quando declararam, há pouco tempo, a inteira confiança nos comandos da polícia. Agora, deverão sofrer nas urnas mais este efeito negativo para a sua imagem. ■

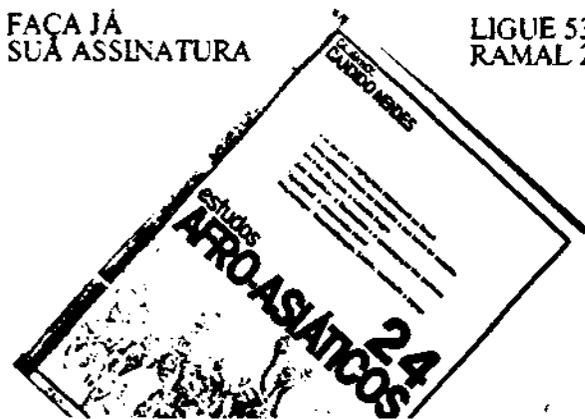
Mas, para o ANC, o quadro é completamente diferente, e Niehaus pensa que

Automóvel de Mandela apedrejado

O AUTOMÓVEL do líder do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, foi apedrejado ontem por apoiantes do Partido Nacional do Presidente F. W. de Klerk, quando era escoltado por seguranças armados do local de um comício. Mandela, que se encontrava no interior, não ficou ferido. Guardas armados à volta do BMW vermelho abriram caminho, com dificuldade, entre uma multidão de apoiantes do Partido Nacional que tinham impedido o ANC de realizar um comício em Manenberg. Outro comício do ANC foi inviabilizado, em Durban, mas por zulus do partido Inkhata, que vai boicotar as eleições de Abril. ■ PÚBLICO, 21.3.94

FAÇA JÁ
SUÁ ASSINATURA

LIGUE 531-2000
RAMAL 259



Marcello Caetano admitiu independência da Guiné

EXPRESSO, 19 3 93

■ EXPRESSO reconstitui reunião feita em Londres

O GOVERNO de Marcello Caetano estava disposto a reconhecer a independência da Guiné e realizou-se em Londres, em Março de 1974, uma reunião nesse sentido, entre um representante pessoal do ministro português dos Negócios Estrangeiros e uma delegação do PAIGC. O encontro teve lugar nos dias 26 e 27 — a menos de um mês do golpe de Estado do 25 de Abril, mas já depois do lançamento do livro *Portugal e o Futuro*, do general Spínola, e da sublevação do regimento das Caldas. Até então, o regime sempre se recusara a negociar com os chamados «movimentos terroristas». Rodeado do maior secretismo, o encontro de Londres foi da iniciativa do Ministério britânico dos Negócios Estrangeiros, em colaboração com o Governo da Nigéria.

O enviado do Governo de Lisboa foi o então cônsul-geral em Milão, José Manuel Villas-Boas — que é o actual embaixador de Portugal em Moscovo e

já foi director-geral dos Negócios Políticos do MNE. O PAIGC, por sua vez, fez-se representar por dois guineenses e um cabo-verdiano. A comitiva era liderada por Vítor Saúde Maria, secretário internacional do partido e que viria a ser ministro dos Negócios Estrangeiros e primeiro-ministro da Guiné-Bissau. Acompanhavam-no dois dos mais credenciados diplomatas do PAIGC: Silvino da Luz, que, após a independência de Cabo Verde, foi ministro da Defesa e Segurança e dos Negócios Estrangeiros; e Gil Fernandes, à época representante do movimento em Estocolmo e que viria a ser embaixador da Guiné na ONU e em Washington.

Antes de voarem até Londres, os delegados do PAIGC

foram chamados à Guiné-Conacri, onde receberam instruções do secretário-geral do partido, Aristides Pereira. Quanto ao diplomata português, teve duas reuniões preparatórias em Lisboa com o ministro dos Estrangeiros, Rui Patrício. Em Londres, Villas-Boas propôs aos representantes da guerrilha um cessar-fogo a curto prazo. Em troca, revelou a disposição do Governo de Lisboa de reconhecer a independência da Guiné.

A preocupação com o cessar-fogo relacionava-se com o eminente colapso das Forças Armadas portuguesas estacionadas no território, devido ao recurso, por parte do inimigo, de armamento pesado e sobretudo dos temidos mísseis terra-ar «Strella», de fabrico soviético. Por outro

lado, após a declaração unilateral da independência (em 24 de Setembro do ano anterior), a Guiné já conseguira ser reconhecida por mais de 70 países, sendo previsível a sua admissão nas Nações Unidas.

Uma das principais dificuldades surgidas durante as negociações foi a falta de resposta do emissário português à exigência do PAIGC de alargar a independência ao arquipélago de Cabo Verde. Ambas as partes decidiram suspender os trabalhos, para proceder a contactos em Lisboa e Conacri. Uma nova sessão foi marcada para os primeiros dias de Maio — mas não se chegou a realizar porque, entretanto, deu-se o 25 de Abril.

Vinte anos depois desta reunião secreta e inédita, o EXPRESSO promoveu a sua reconstituição, levando até Londres todos os seus protagonistas. A reportagem será publicada na próxima edição.

Entretanto, a SIC, que também se deslocou a Londres e filmou o encontro, apresentará um trabalho sobre o tema no próximo dia 30, no âmbito de um programa sobre a descolonização.

Governo moçambicano e Renamo desmobilizam soldados

Fora da tropa, para lado nenhum

José Pinto de Sá,
em Maputo

Com dois meses de atraso, o processo de desmobilização em Moçambique deu finalmente os primeiros passos, de ambos os lados. No total, 82 mil homens deverão dizer adeus às armas. No fim, restará um exército unificado de 30 mil. O processo coloca o país mais perto da paz. Mas os problemas sociais que arrasta são graves. O que há para quem sai da tropa? Nada.

A desmobilização do exército governa-

mental moçambicano e dos guerrilheiros da Renamo deve dar mais alguns passos esta semana, depois de as forças dos rebeldes terem começado finalmente a ser desmanteladas na sexta-feira.

Uma centena de guerrilheiros na área de acantonamento de Neve, na província meridional de Inhambane, regressaram à vida civil, na presença do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, ele próprio trajando fato e gravata para simbolizar a sua condição de líder político e sublinhar — como disse — que “o poder militar se deve subordinar ao poder civil”.

A desmobilização dos ex-beli-gerantes, que as forças governamentais haviam iniciado uma semana antes, é considerada como um passo decisivo para a formação do exército unificado, para a vitalização das eleições — marcadas para Outubro mas cuja realização nessa data se afigura difícil — e para a consolidação de todo o processo de paz moçambicano.

Após numerosos adiamentos, a desmobilização arrancou finalmente no dia 10 por iniciativa do Governo, que passou à disponibilidade 250 soldados acantonados em Massinga, também na zona Sul.

A decisão do Executivo de principiar unilateralmente a des-

mobilização dos seus 91 mil homens, e a Renamo apenas seis mil dos seus 21 mil guerrilheiros. Os restantes efectivos serão transferidos para o futuro exército unificado apartidário, de 30 mil homens. Com vista à posterior desmobilização, o Governo já acantonou, até ao momento, mais de metade das suas tropas, e a Renamo cerca de 70 por cento, totalizando quase 50 mil homens.

Que futuro?

Deixando a vida militar, cada soldado recebe cerca de um milhão e meio de meticais (aproximadamente 45 contos), provenientes na sua maior parte de doadores internacionais. Tam-

guiu-se a semanas de atrasos sucessivos, imputados ao movimento guerrilheiro. Cinco dias depois, o Governo estendeu o processo à zona Centro, desmobilizando outros 250 soldados na área de acantonamento de Chibabava, em Sofala. Na zona Norte, a desmobilização começou quinta-feira, envolvendo igual número de homens acantonados em Lichinga, a capital do Niassa.

bém lhe entregam um par de sapatos e uma muda de roupa civil, arroz, feijão, farinha de milho e açúcar “para uma semana”, uma catana, uma enxada, um pacote de sementes e um manual de agricultura.

Neste cenário, a reintegração dos ex-militares na vida civil apresenta-se como um dos grandes problemas a enfrentar pelo país nos próximos anos. Francisco Masquil, governador de Sofala, uma província fortemente marcada pela guerra, reconheceu que o regresso dos desmobilizados ao mundo do trabalho é uma meta “quase impossível”.

Interrogado sobre a real situação dos anunciados projectos de reintegração dos ex-militares na zona Centro, um alto funcionário da CORE (Comissão para a Reintegração) respondeu laconicamente: “Não há nada!”

Salários em discussão

Entretanto, foi anunciado em Maputo que a Comissão de Supervisão e Controlo, órgão supremo do processo de paz moçambicano, não conseguiu chegar a acordo quanto aos sa-

Continua na pág. 14

PUBLICO, 21 3 94

Do marxismo à meditação transcendental

A MEDITAÇÃO transcendental fez maravilhas para os Beatles nos anos 60 e agora ajuda os políticos de um dos mais pobres países do mundo, Moçambique, a combater o "stress". O Presidente Joaquim Chissano jura que é um tónico para o "stress" diário que lhe é imposto ao ter de enfrentar os múltiplos problemas de consolidação do acordo de paz, firmado em 1992 com os rebeldes da Renamo.

Alguns dos ministros do seu Governo ex-marxista também dizem que se entregam agora regularmente à meditação. E, na imprensa local, têm surgido indicações de que muitos oficiais das Forças Armadas descobriram as qualidades tranquilizadoras da meditação transcendental.

No Ocidente tornou-se popular em 1960, quando John Lennon, dos Beatles, e outras estrelas pop pacifistas correram a lançar-

se aos pés do Maharishi Mahesh Yogi, um místico guru indiano, de barbas. Nessa altura, os políticos riam-se, faziam troça. O jovem Chissano, acabado de sair de uma universidade em França, estava metido no planeamento de uma guerra para conseguir a independência do seu país, de Portugal.

Depois de mais de um quarto de século de guerra colonial e guerra civil, o novo Chissano emergiu em meados do ano passado, quando visitou a Universidade Védica Maharishi, durante uma estada na Holanda. Recebeu um doutoramento honorário. Muitos moçambicanos olharam então para esse episódio como uma armadilha publicitária, montada pelos seguidores do Maharishi, que teriam atraído um Presidente desprevenido, demasiado ocupado para prestar atenção à sua agenda.

Mas Chissano, respeitado

PUBLICADO 21 3 94

em todo o mundo como um estadista hábil, é na verdade um fiel da meditação transcendental. Nunca se lhe refere nos seus discursos, mas entre os amigos fala dela com à-vontade. Numa conversa informal recente durante uma festa de aniversário em Maputo, Chissano declarou que a meditação transcendental era uma grande ajuda no combate ao "stress". "Isto não tem nada que ver com religião, pelo menos para mim", afirmou.

Um dos convidados disse que tinha tentado a meditação nos anos 60, mas não conseguira nada. Chissano perguntou-lhe: "E tentou de que maneira?" "Com livros sobre o assunto", respondeu o convidado. "Não, não, não, é preciso um professor."

A base principal da meditação transcendental são dois períodos diários de 20 minutos, durante os quais o meditador entoa

em silêncio um mantra privado, geralmente uma palavra sonante indiana.

Mas enquanto Chissano usa a meditação como solução para o "stress", há relatos persistentes na imprensa de que alguns dos seguidores do Maharishi têm outros objectivos em Moçambique.

Segundo o boletim media-Fax, a empresa Maharishi Heaven on Earth Development (Mahedeco) está a tentar deitar a mão a grandes áreas de terreno. É uma alegação retomada pela publicação francesa "Indian Ocean Newsletter", que assegura que a Mahedeco procura ficar com nada menos do que 20 milhões de hectares de "terra não usada".

Em Maputo circula uma versão mais modesta da história: a empresa contentar-se-ia com um milhão de hectares na província de Cabo Delgado, no Norte. Num entrevista à Rádio Moçambique, o ministro das Finanças, Eneas Corniche, desmentiu os rumores. Segundo disse, nenhum projecto de qualquer companhia estrangeira envolvendo áreas tão grandes foi apresentado ao Governo. ■

Iain Christie, em Maputo
Jornalista da Reuter

Continuação da pág. 13

Fora da tropa, para lado nenhum

lários a atribuir aos oficiais, sargentos e praças das futuras Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

A tabela salarial apresentada pelo governo foi rejeitada pela Renamo, que a considerou insuficiente. No alto da hierarquia, o Governo propunha dois milhões de meticais (cerca de 62 contos) por mês para um tenente-general, mas a Renamo exigiu mais de três milhões. No outro extremo do le-

que, a Renamo pediu um salário mensal de 90 mil meticais (2800 escudos) para os mancebos, a quem o Governo não previra qualquer pagamento.

Para o vice-ministro do Plano, Tomás Salomão, os salários propostos são os melhores possíveis dentro dos 45 por cento do Orçamento Geral de Estado que a Defesa Nacional arrebata. Ao contrário, para o negociador-chefe da Renamo, Raúl Domingos, os

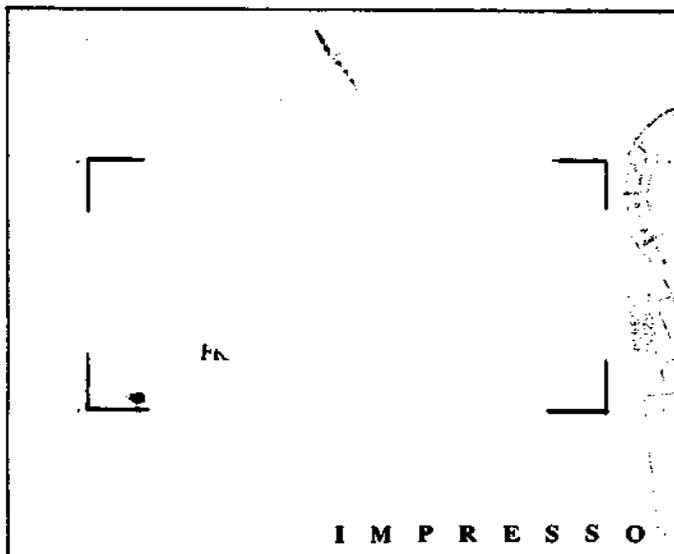
salários devem subir para que "as FADM sejam competentes e idóneas" e não venham a utilizar as armas para garantir a sua subsistência, "como tem acontecido até aqui", numa clara alusão ao descalabro do exército governamental nos últimos anos.

O processo de desmobilização dos 80 mil veteranos de guerra traz consigo problemas sociais muito graves. A prolongada permanência nas áreas de acantonamento, enfrentando sérias ca-

rências logísticas, originou já numerosos motins.

Na província de Nampula, onde os incidentes tiveram maior amplitude, as autoridades militares começaram a recorrer a medidas disciplinares "para acabar com essas anomalias". Fontes locais anunciaram sexta-feira que um capitão do exército governamental aguardando desmobilização na área de acantonamento de Angoche foi "sancionado com 40 chambocadas (varadas nas nádegas) e posterior detenção", por alegada insubordinação. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bitencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask for exchange.



I M P R E S S O